

# O PROLETÁRIO

Nº 68  
Setembro de 2007

**Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas**  
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00  
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

Ocupação no Centro Universitário Fundação Santo André	01-03
A seguir artigo da FLT sobre a ocupação na FSA	03- 07
Acidente de trens no Rio	07-08
Declaração sobre o Plebiscito	08-10
DENÚNCIA ÀS PESSOAS QUE FAZEM PARTE DA DIREÇÃO DE SINDICATO DAS EMPRESAS	10-11
Considerações à obra "Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe"	11-18
A necessidade da greve Geral em defesa da educação pública	18- 19

**Venham para os grupos de estudo de Marxismo**

**Se inscrevam com os distribuidores de o Proletário**

**Contatos:**

**Jornal *O Proletário***

**Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo**

## Ocupação no Centro Universitário Fundação Santo André

### Como se deu a ocupação:

A ocupação da Reitoria da FSA é resultado de um acúmulo de repressão, precarização do ensino, aumentos abusivos das mensalidades, fechamento de cursos e da resistência dos Estudantes.

Esta luta se inicia com a reconstrução do Diretório Acadêmico Honestino Guimarães, totalmente desmoralizado e com direção fictícia fazendo jogo da Reitoria, totalmente incapaz de redigir um boletim de convocatória de reunião.

A desmoralização se deu em vista das disputas partidárias e cooptação pela Reitoria de vários ativistas.

A retomada da luta na FSA foi se dando em resposta a política de fechamento dos cursos de humanas e de licenciaturas, ao brutal ataque a qualidade do ensino e aos constantes aumentos das mensalidades, contra as demissões e perseguições. A retomada o Diretório Acadêmico para uma posição de independência em relação à Reitoria; a conquista de vários Centros Acadêmicos e a conquista do método da luta direta.

### **Nenhum aumento das mensalidades, redução das atuais e pelo CUFSA Público, gratuito, laico e de qualidade.**

O documento enviado pela Reitoria e seus cargos de confiança em 06/09/2007 para imposição aos Coordenadores dos cursos, como no ano passado, pretende mostrar as finanças deficitárias do CUFSA em relação a vários cursos e, apresenta correções nos valores das mensalidades em vista destes problemas.

As discussões com os Coordenadores dos cursos são imposta de forma individual.

No documento a Reitoria e seus cargos de confiança não explicam porque gastam tanto (35 a 40% das receitas das mensalidades) com a administração do CUFSA (porque, por exemplo, no curso de Sistema de Informações aponta uma receita líquida de 5.162.982,00 desta: 2.566.197 se refere ao custo docente e R\$ 1.225.776 com despesas indiretas).

O que é custo docente?

O que realmente corresponde às despesas indiretas?

Qual são os gastos com juros bancários?

Qual são os gastos com o Turismo pelo mundo da Reitoria e seus cargos de confiança?

Quais os gastos com publicações privadas, como por exemplo, a publicação da página na revista "expressão Ano 04 - Edição 45"?

Quanto custa para o CUFSA ter como presidente do Rotary um professor ligado a Reitoria?

Quanto custa e quais benefícios políticos (para quem) com a INSEFUSA?

Muitas e muitas outras indagações necessitariam de serem respondidas antes de discutir as contas e as mensalidades do CUFSA.

Fora isto, como cantam os estudantes da FSA: **Educação não é mercadoria.**

Educação é um direito social dos povos, não de direcionamento para acumular capital.

Parece que além de todas as qualidades que o Senhor Reitor já demonstrou e os estudantes da FSA já bem as identificaram, agora estamos vendo esta Reitora transformar o CUFSA em uma agência de turismo por conta das mensalidades.

A necessidade de ocuparmos a Reitoria já vem sendo defendida desde o início do ano de 2005, ocasião em que: se fechou os 1º anos dos cursos de Geografia e História no período matutino e se tentou impor a unificação de salas com no mínimo 70 alunos.

A batalha é precedida e resultado de uma encarniçada luta política — as vezes se dá de forma espontânea. Não foi diferente do acontecido na ocupação de 13-09-2007, onde havia uma forte resistência de parte dos componentes do próprio Diretório Acadêmico principalmente dos componentes do Espaço Socialista e PSTU em desfechar tal iniciativa. Lutaram até o ultimo momento para impedi-la, tentando mudar o local da Assembléia e mesmo em retirar os estudantes das dependências dos corredores da Reitoria; como foi o caso da representação do Espaço.

Um grande aliado contribuiu para romper as barreiras da direção: o principal foi a radicalização que assumiram os estudantes em relação ao documento da Reitoria para os Coordenadores dos cursos datado de 06/09/2007, documento este que propõe, a elevação das mensalidades dos 1º anos a se iniciar em 2008 de 8% a 126%.

A desocupação pela repressão militar orquestrada pela Reitoria se deu da forma mais violenta e covarde, mostrando mais uma vez o papel que cumpre o Estado na democracia capitalista.

Na desocupação vários estudantes foram violentamente espancados, a ponto da cadeira do Reitor ficar toda ensangüentada, como se fosse uma representação política do ataque do Reitor. Oito estudantes foram presos e indiciados na justiça, inclusive o Advogado que acompanhava os estudantes. Mesmo com a identificação da carterinha da OAB este apanhou e foi preso, respondendo também por inquérito. A repressão da Reitoria da FSA remonta e relembra os piores momentos da Ditadura militar.

Com a repressão aos estudantes o Movimento se expande, os professores decretam greve e na Assembléia de 14-09 praticamente os estudantes tomaram todas as dependências do CUFSA.

A grande imprensa estampa tal acontecimento nas primeiras páginas, o movimento assume dimensão nacional.

Assembléia Geral, Assembléia por cursos, Comando da Greve, passeatas e passeatas. A Câmara de vereadores e prefeitura, encurralados pelo movimento, manifestam-se de forma tímida. Os primeiros propõem comissão de relevância e afastamento temporário do Reitor. A prefeitura se esquiva dizendo que está com o “*saco cheio*”, mas remete ao Conselho Diretor

que é totalmente controlado pelo Reitor. Na verdade, estão de mãos atadas, pois a máfia da FSA lhes proporciona caixa 2 e altas somas para campanha eleitoral, além de aumentar os cabides-de-emprego com os cargos de confiança e com a INSEFUSA.

Diante de tremenda luta e exigências do Movimento unificado estudantes/professores, a Reitoria tenta reunir o Conselho Universitário no qual tem absoluto controle para que lhe apóie, os estudantes impedem tal reunião.

Em 22 de setembro, dia em que completam 30 anos da violenta repressão aos estudantes que manifestavam na PUC em prol da reorganização da UNE tornada clandestina pelo regime militar os estudantes da FSA tomaram as Ruas de Santo André, exigindo uma FSA Pública controlada pelos estudantes, professores e funcionários e fora Reitor e sua gangue de bandidos.

Para tentar quebrar o movimento a Reitoria, através de ofício da Câmara Assessora de Administração e Planejamento do Conselho Universitário, propõem outra tabela de aumento de mensalidades. Para se ter uma idéia o curso de física (segundo alegação da reitoria no documento de 06/09) que teria custos “reais” de R\$1057,50, agora na nova tabela passou para R\$397,00; Ciências Sociais de 748,19 agora propõem R\$ 454,02; Matemática de 605,00 passaram para R\$ 397,01; Química de R\$ 631,00 foi para 576,19; Geografia de R\$967,96 foi para 601,28; Ciências Biológicas de R\$ 705,29 foi para R\$ 576,19. Como vemos, as planilhas de custos são mesmo uma politicagem conforme a conveniência da Reitoria. A transparência orçamentária se transforma em caso de polícia.

### **O Movimento continua**

#### **Agora não abrimos mão:**

- Fora Reitor e sua corja de bandidos que o acompanha;
- Tornar o Centro Universitário totalmente Público, gratuito, laico e de qualidade;
- Administração e controle deste por maioria estudantil, professores e funcionários.

#### **Toda força ao Movimento dos estudantes do CUFSA**

- Reunir os Estudantes de hoje e de ontem, professores, funcionários e comunidade.
- Abaixo os aumentos das mensalidades.
- Redução das mensalidades de todos os cursos.
- Transparência dos gastos do CUFSA.
- Volta da qualidade de ensino.
- Por laboratórios estruturados e adequados às necessidades dos cursos.
- Abaixo a mentira, a corrupção e a repressão.
- Fora Odair e seus cargos de confiança.
- Por um CUFSA controlado pelos estudantes, professores e Funcionários.
- Lutarmos por um CUFSA público, gratuito, laico e de qualidade.

## Alerta geral

A bandeira de *Impeachment* (impitiam) de forma isolada significa tirar das mãos dos estudantes a tarefa da resolução de seus problemas, colocando-os nas mãos dos Vereadores de Santo André. Exatamente os mesmos Vereadores que elegeram e permitiram — até que os estudantes denunciassessem — que o representante da Câmara, que tinha a incumbência de fiscalizar a administração da FSA, fosse fiscal e cargo executivo de confiança da Reitoria ao mesmo tempo. Os mesmos Vereadores que fazem vista grossa há anos das irregularidades que ocorreram e ocorrem na FSA. Defender o Impeachment simplesmente significa colocar o sangue derramado na desocupação da Reitoria nas veias dos Vereadores, para negociarem mais cargos de confiança ou uma propina a mais.

- VIVA à ocupação da Reitoria e à manutenção do Movimento nas mãos dos Estudantes. Se necessário teremos que agir da mesma forma como em 13-09, pois é está a forma de nos fazer ouvir;
- Temos que reivindicar que a APEOESP e os Sindicatos operários assumam a defesa do CUFSA público, gratuito e laico, com uma administração de maioria estudantil, professores e funcionários;
- Devemos estender esta luta da FSA para a defesa da Educação em todos os níveis totalmente pública, gratuita, laica e de qualidade;
- Abaixo a Reitoria que precariza a Educação e impõem cursos para o mercado, com fechamento dos cursos de licenciaturas e de humanas;
- Nenhum aumento de mensalidade, redução das atuais até a gratuidade total de todo o ensino;
- Abertura de turmas de todos os cursos independente de números para a composição de turmas;

## **Viva a luta dos estudantes e professores de FSA!**

### **“A EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA”**

**Fora Odair! Fora a reitoria, a educação não é mercadoria! Abaixo o aumento das mensalidades! Abaixo a reforma educativa proimperialista de Lula!**

**Para conseguí-lo há que se enfrentar a reforma educativa de Lula, Serra, Odair a patronal escravista e o imperialismo!**

**Reabertura imediata de todos os cursos fechados! Reincorporação dos professores despedidos! Aumento de salários imediato para os professores e pessoal técnico, com um piso mínimo ao nível da salário mínimo de aproximadamente R\$ 2000!**

**Ingresso irrestrito em todos os níveis educativos!**

**Provisão de material didático, anotações, livros, etc., gratuita e por conta do estado!**

**Por aumento imediato do orçamento educativo ao 25% do PBI! Abaixo a miséria do 3,5% do orçamento lulista e da esmola de 7% (similar a Bolívia) que exigem as direções governistas e reformistas que defendem o programa de 18 pontos (CUT, UNE, PSOL, PSTU, juventude do PSTU –CONLUTE-, MST, igreja, etc.)!**

**Viva a autonomia universitária! Controle dos organismos de governo, administrativos e financeiros por parte dos professores, trabalhadores técnicos e estudantes com maioria estudantil!**

**Por uma educação pública, gratuita, laica, única, científica e de qualidade! ¡Abaixo o REUNI!**

**Fora as Fundações! Expropriação sem indenização e sob controle dos trabalhadores da educação privada!**

**Para que os filhos dos trabalhadores e os jovens operários possam estudar, garantia de quatro horas de salário por conta da patronal.**

**Organizemos uma grande luta unitária começando por chamar a todos os que querem lutar contra as reformas do governo de Lula e o imperialismo a unificar suas demandas junto à FSA e coordenar e centralizar as lutas num Comitê de Luta Nacional para lutar unidos USP, os trabalhadores de Correios, metalúrgicos, professores, etc, que lutam por salários e condições de trabalho; todos podemos unificar nossas demandas contra as reformas do governo de Lula/PT/FMI.**

**Basta de repressão contra os trabalhadores e estudantes. O rendimento da PM e a polícia nas universidades como a FSA e Direito da USP, põe à ordem do dia a defesa da autonomia universitária e o direito de trabalhadores e estudantes de defender-nos frente à repressão: Por organismos de autodefesa de trabalhadores e estudantes.**

**Desprocessamento de todos os detentos na luta operária camponesa e estudantil, como os detentos na Reitoria da FSA, em direito e na USP e todos os lutadores obreiros, camponeses e estudantis.**

Os estudantes que em 13/9 resistiram a retirada da ocupação da reitoria da FSA contra a repressão dos grupos de choque da PM; os mesmos estudantes que no dia seguinte percorreram edifício por edifício e curso por curso garantindo a continuidade da greve votada pela assembléia, tinham razão ao gritar que “**a educação não é mercadoria**”.

Com esta luta os estudantes e professores da FSA **estão respondendo ao ataque desatado pelas reformas do plano proimperialista do governo de Lula/PT/FMI**. Seja Serra em São Paulo, ou de Jackson Lago em Maranhão, os aumentos de cotas, fechamento de cursos, demissões de professores, flexibilização das condições trabalhistas, elevação da idade da aposentadoria, etc, são todas partes de um mesmo ataque que procura pôr a educação à serviço do que precisam os monopólios e o imperialismo. Por isso a luta da FSA, apoiada no heróico confronto com a repressão da polícia militar, contestou o ataque com a contundência da assembléia, a greve e a mobilização.

Por isso também, há que pôr esta luta no terreno onde verdadeiramente está: no terreno do confronto contra as reformas do regime de Lula-Alencar/PT/FMI. Porque não se poderá derrotar o aumento das mensalidades e o fechamento de cursos, etc., sem lutar contra a reforma educativa do governo, os prefeitos, a patronal e o imperialismo de que é parte este ataque. O retiro do chefe da PM da zona, e os rumores de renúncia de Odair e sua substituição pelo Vice reitor, são só reformas cosméticas que amanhã se voltarão na contramão se não derrotamos o plano das reformas de Lula e colocarmos a FSA em mãos dos únicos preocupados para seja uma universidade que brinde educação para todos, cientista, de qualidade, etc., e que estão lutando por essa perspectiva porque são os direitos danificados pela situação os estudantes e os trabalhadores da educação.

E contra este ataque não há médias tintas, **não se pode reformar a educação ao serviço dos monopólios, não se pode “democratizar” a política educativa imperialista** como nos querem fazer crer os defensores dos 18 pontos. Mente o que diz que está por defender uma educação de qualidade para todos e nos chama a negociar reformas cosméticas no plano de reformas de Lula e do imperialismo. Os monopólios têm um plano e o querem aplicar e já demonstraram que não lhes importa cortar cabeças, reprimir e encarcerar para conseguí-lo. Inclusive em ministro de defesa do governo de Lula já anunciou desde Haiti, onde os soldados brasileiros e de outros países latinoamericanos atuam vergonhosamente como tropas de ocupação do imperialismo, que aplicará essa “experiência” no Brasil. Fora as tropas brasileiras de Haiti. Basta de repressão aos trabalhadores e estudantes.

Os aumentos que aplicam Odair e Serra, estão ditados pelo plano educativo de reformas de Lula e do imperialismo, por isso estamos enfrentando-os a todos. E podemos derrotá-los se colocarmos em pé uma grande luta unida dos estudantes e dos trabalhadores.

Para triunfar haverá de se romper o isolamento que tratarão de impor à luta, não só as direções sindicais e estudantis governnistas, agrupadas na CUT e a UNE e sustentadas pelo PT, PC do B, etc., que sustentam o plano do governo, senão também as direções da esquerda reformista entranhadas nas centrais como CONLUTAS, a Intersindical e a juventude do PSTU (Conlute), que deviam responder às demandas e necessidades dos trabalhadores, estudantes e camponeses pobres, mas, no entanto, se submetem uma e outra vez aos ditados da CUT. Como o demonstrou o vergonhoso plebiscito que acabam de fazer pela renacionalização da Vale, obedecendo a seus chefes do Fórum Social Mundial. E não temos que esquecer que são as direções do Fórum Social Mundial, as que seguem abraçando-se com Lula, como o fazem Fidel Castro e Chávez cada vez que podem (ainda que as vezes discutam por negócios) e que o mostram como um governo “progressista” e de esquerda, enquanto aplica as reformas, ocupa Haiti e reprime a trabalhadores e estudantes como na FSA.

Desde a luta da FSA é imperioso chamar a uma luta unitária com todos os que queiram enfrentar o ataque de Odair que não é outra coisa que o ataque de Lula/Serra e sua reforma educativa.

**Abaixo os aumentos de mensalidades!** Mensalidade zero, que as viagens de turismo de Odair os paguem Serra, Lula e os monopólios e não o bolso dos estudantes.

**Basta ao fechamento de cursos e demissão de professores, nem um fechamento mais!** Reabertura dos cursos fechados e reincorporação imediata de todos os professores demitidos! Rendimento irrestrito a todos os níveis educativos. Aumento de salários imediato para os professores e pessoal técnico, com um salário mínimo ao nível da cesta básica de aproximadamente R\$2000! Provisão de material didático, anotações, livros, etc., gratuita e por conta do estado! Se o desenvolvimento do Brasil precisa de profissionais com um nível de excelência e qualidade superior, que o estado a sustente. Por aumento imediato do orçamento educativo ao 25% do PIB! Abaixo a miséria do 3,5% do orçamento lulista e da esmola do 7% (similar a Bolívia), que exigem as direções reformistas e que defendem o programa de 18 pontos!

A luta da FSA é uma luta contra a reforma educativa e as reformas do governo e o imperialismo, por isso é uma luta de todos os trabalhadores, camponeses e estudantes. Viva a unidade dos que queremos lutar contra as reformas!

**Chamemos a todos os estudantes, professores e técnicos que queiram participar nesta luta, começando pelos colegas que protagonizaram a tomada da USP, os que foram detidos por pronunciar-se em defesa da educação da universidade de direito, etc., que lutem junto com a FSA.** Este é o primeiro passo necessário para fazer uma grande luta que possa triunfar. Façamos com eles um Comitê de luta comum onde se incorporem todos os que lutam, para coordenar e centralizar a briga. O governo, a patronal, o imperialismo e os traidores atuam todos organizados, devemos organizar e centralizar nossa luta.

Chamamos aos professores que querem defender a educação e estão dispostos a lutar por ela, a que não deixem sós e isolados aos professores da FSA que estão em luta, e comecem de imediato uma campanha para rebelar à base professoral que quer lutar, contra a burocracia sindical da CUT e suas manobras e também contra a esquerda reformista do PSTU, PSOL, PCB, que não querem lutar votando desde assembléias em cada escola, universidade e estabelecimento a imediata solidariedade e a incorporação à greve dos professores e estudantes da FSA.

Coordenemos a todos os que queiram enfrentar a Lula, a Serra e a todos os exploradores que querem pôr a educação a serviço do imperialismo. Levantemos um programa que desde os reivindicações surgidas da luta da FSA, **levante a luta por uma educação pública, gratuita, laica, única, científica e de qualidade.**

Começando por impor a **expropriação da FSA sem nenhuma indenização e colocada em funcionamento sob controle dos organismos de professores, trabalhadores técnicos e estudantes, com maioria estudantil** e lutando por pôr fim à diferenciação da educação e levantando a expropriação, sem indenização e sob controle dos trabalhadores da educação e os estudantes de toda a educação privada.

Para conseguí-lo, enquanto desenvolvemos nossa luta, é necessário começar por unir e coordenar aos que lutam em todo Brasil ou querem fazê-lo num **Comitê de Luta Nacional**, para romper o isolamento e a solidão a que querem submeter-nos as direções da burocracia sindical e estudantil. Serão os primeiros passos para

conseguir pôr em pé a centralização nacional de trabalhadores, camponeses e estudantes combativos para **construir a grande luta nacional que precisamos**.

Os assinantes desta declaração se reivindicam trotskistas; estamos convictos de que nenhuma conquista que arranquemos do governo, da patronal e do imperialismo estará segura se os operários e camponeses não derrocarmos poder da burguesia e o imperialismo e colocarem em seu lugar um governo dos operários e os camponeses pobres, único que poderá garantir a aplicação de um plano educativo que aplique e satisfaça todas nossas demandas. Também afirmamos que nossa luta é irmã da que levantam os estudantes e professores chilenos, peruanos, argentinos, mexicanos, bolivianos, venezuelanos, etc., que enfrentam o mesmo tipo de ataque por parte das patronais nativas e o imperialismo.

Mas não queremos impor nossa opinião e somos respeitosos das decisões das assembléias de base, no caminho de conseguir este objetivo estamos por avançar todos os passos que possamos com aqueles que enfrentem na luta à patronal e o imperialismo, para conseguir suas demandas e, enquanto lutamos juntos, esperamos que se convençam por sua própria experiência da justeza de nosso programa.

À luta. Derrotemos as reformas do governo e o imperialismo. Viva a luta dos estudantes e professores da FSA.

***Fração Trotskista (VP) Integrante DA FLT*** (e-mail: vanguardproleta@hotmail.com)

## **Acidente de trens no Rio**

Já não ocupam mais manchetes de jornais os incidentes que ocorrem nos trens e estações da linha que liga a zona leste de São Paulo – SP ao centro, por exemplo. Saibam-se novamente os apedrejamentos, os “surfistas” das portas e coberturas dos trens, os furtos, assaltos, assédios, a superlotação, os atrasos e, enfim, a precariedade em que opera esta e outras linhas ferroviárias de São Paulo, bem como de todo o sistema de transporte público do país.

Agora fatos tão corriqueiros como a segurança e integridade dos involuntários usuários do sistema de transporte públicos (ferrovias, metrô, ônibus, aéreos e etc.) ficam ofuscados pela ganância de lucros dos monopólios internacionais destes setores em conluio com seus representantes no parlamento. Apenas as sucessivas tragédias que testemunhamos despertam nosso interesse e atenção para o caos em que se aprofundam os nossos sistemas de transporte e “ganha-pão”. Caos este que se repete em todas as instâncias e das prestações de serviços públicos, devida pelo Estado, dada por sua falência na decadência capitalista.

Vêm as tragédias como as quedas dos aviões, a cratera do metrô Pinheiros e tantas outras, com suas centenas de vítimas, nos despertar para essa realidade — de sobressalto —, como ao passageiro que “dorme no ponto”.

Revoltosamente testemunhamos a mais recente, expressiva e preocupante catástrofe da decadência dos transportes públicos. No dia 30 de agosto um trem que levava cerca de 700 passageiros, a caminho da estação Japeri no Rio de Janeiro, colidiu na traseira de um outro, vazio, que realizava manobras em uma bifurcação. O acidente saldou 8 vítimas fatais e mais de 100 feridos.

Assim como as tragédias dos aviões da Gol (setembro de 2006) e do Airbus da TAM (maio de 2007) — que somam mais de 350 mortes — começam a apurar as causas e responsabilidades desta tragédia indagando também se houve falha humana ou mecânica; e correm a apontar dois funcionários da concessionária que opera os trens da Baixada Fluminense, um condutor e um controlador, como únicos responsáveis pela crise generalizada que se apresenta.

Novamente surgem as autoridades e a Agetransp (Agência Reguladora de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Rio) condenando, lamentando, prometendo à população e parentes das vítimas enquanto encaminham investigações e vistorias ao Ministério Público. Encenando o teatro de repreensão e rigor na “punição” de seus sócios majoritários na exploração dos meios-de-transporte. Está tão eficaz quanto a Anac, apura e pune os responsáveis pela crise aérea; tão eficaz quanto a Anael, Anatel e ANS. Não evitam os aumentos extorsivos e os abusos das empresas privadas que exploram os ramos de energia elétrica, saúde e telefonia respectivamente. É mais uma Agência Reguladora da barbárie e da ganância capitalista — que apenas administra e serve aos interesses destes monopólios privatistas.

A hiper-exploração da força de trabalho, dos recursos naturais e mercados dos países semi-coloniais e coloniais inclusive, está garantida, inaliavelmente, como direito e necessidade para sobrevivência do imperialismo capitalista. Sendo que à cada burguesia nativa do submundo — como o Brasil por exemplo — é imposto que compactuem empreendendo e acobertando o sucateamento das prestações de serviços públicos, os saques de direitos e a pauperização generalizada por mais um fôlego ao decadente regime capitalista e seus monopólios em sua fase imperialista.

Quando do acidente do Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, na edição anterior deste jornal N° 67 agosto/2007, em artigo intitulado “A crise aérea brasileira”, afirmávamos que *“Nos desastres da aviação brasileira ficam claras a decadência da burguesia nacional, as contradições do sistema capitalista, bem com o do reformismo petista e dos que o cercam”*. Pois que são os representantes solícitos dos monopólios imperialistas. Aos quais se combate com a destruição do regime que os sustenta: o capitalismo. Somente com a socialização dos meios-de-produção (dos transportes inclusive) sob o controle operário e segundo os seus interesses, poderemos racionalizar a produção e prestação de serviços públicos eximindo a lógica de lucros em prol dos proletários, explorados e lutadores.

Também alertávamos, desde então, indagando: “Quanto tempo para presenciarmos os solavancos e imprevistos que ocorrem diariamente no metrô (SP) transformarem-se em um descarrilamento?”. Mediante o exposto e à luz dos últimos eventos este temor permanece, inquietantemente, latente em nosso cotidiano.

## DECLARAÇÃO

**A CONLUTAS deve organizar a luta nacional contra os ataques do governo Lula à classe trabalhadora e não fazer coro com a CUT organizando plebiscito**

A CONLUTAS surgiu do enfretamento do funcionalismo público com o governo **Lula-PT** (quando este aplicou a reforma da previdência em 2003 retirando direitos fundamentais dos trabalhadores do serviço público) e com a CUT (e toda sua pelegada) que apoiaram e apóiam as reformas neoliberais de Lula.

Nesse momento em que o governo do PT, apoiado pela burocracia sindical cutista, aplica um dos golpes mais mortíferos contra a classe trabalhadora, como **a lei antigreve**, é um crime contra nossa classe, uma traição aberta, impulsionar plebiscito com os governistas da CUT, do MST, da Assembléia Popular etc, ao invés de organizar um plano de luta e um calendário de mobilizações para derrotar nas ruas as reformas de Lula e seus ataques aos trabalhadores.

A política de plebiscito é um mecanismo utilizado por direções burocráticas/pelegas para conter a luta direta das massas dando trégua a governos corruptos, pró-imperialistas, antipopulares para que apliquem seus planos privatistas, tanto é que o Plebiscito de anulação da privatização da Vale do Rio Doce foi uma iniciativa das burocracias sindicais mais governistas (Corrente Sindical Classista e Articulação). Na verdade o plebiscito serve para os Petistas e seus *coadjuvantes* fazerem guerra eleitoral com o ex-governo de FHC (PSDB) e para o PSTU fazer disputa eleitoral e de aparelho sindical com a CUT se mostrando mais ou menos “revolucionários ou combativos” tirando esta ou aquela bandeira da cédula e etc. Ganhar um ou mais sindicato para o campo da CONLUTAS significa chegar mais perto dos repasses do FAT com a reforma Sindical. Uma outra argumentação dos burocratas é de que o plebiscito é uma campanha educativa. De que? De que os problemas dos trabalhadores serão resolvidos por enquête, por abaixo-assinado, por pressão parlamentar? Enquanto estas burocracias desmobilizam os trabalhadores perguntando se são ou não favoráveis à anulação da privatização da referida empresa, o governo do PT segue privatizando vários trechos de rodovias federais nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina etc., bem como já enviou ao parlamento o projeto de privatização dos Hospitais Universitários, o qual institui as fundações privadas para gerenciar os sobreditos hospitais. Nesse caso, trata-se somente do primeiro passo para desencadear o restante da privatização das universidades públicas federais e aplicar a reforma universitária que exigem os capitalistas da educação.

O plebiscito que se realizará de 1 a 7 de setembro/2007 constitui uma cortina de fumaça lançada pela CUT e seus lacaios para facilitar a aplicação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que prevê 10 anos de congelamento salarial para os funcionários públicos, para encobrir a aplicação da reforma universitária através do Reuni, Prouni, Enade, Reformas Curriculares, Educação a Distância, Política de Quotas e tantas outras mazelas privatistas que golpeiam mortalmente a universidade pública.

A CONLUTAS nasceu da luta direta contra a reforma previdenciária e sindical e não para perguntar ao povo e à classe se são favoráveis ou não às reformas da previdência,

trabalhista, sindical, universitária, à lei antigreve, às privatizações etc. Assim, chamamos a todos os lutadores da CONLUTAS a se opor à política do plebiscito que é uma armadilha consciente da direção da CONLUTAS (PSTU) e de seus aliados da Intersindical (PCB), do PSOL e Igreja que não querem enfrentar o governo Lula e suas reformas pró-imperialistas de verdade, no campo da luta direta, por isto fazem manobras distracionistas enganando a militância em nome de uma tática, programa mínimo (de fato trata-se de programa mínimo mesmo, nos moldes do denunciado no “Programa de Transição”) e de tal campanha “educativa”. Por isso rastejam aos pés da CUT e se subordinam ao Plebiscito governista. Esse plebiscito, assim como o Primeiro de Maio, é de fato uma ação da nova frente popular em constituição no Brasil.

A CONLUTAS deve se retirar imediatamente do Plebiscito e organizar uma campanha nacional de luta e de ação direta (método próprio da classe trabalhadora) pela reestatização de todas as empresas privatizadas nos governos de FHC e Lula. Portanto, convocamos os trabalhadores em greve nas universidades, os estudantes que lutam contra a reforma universitária e demais lutadores a re-agruparmos para conquistar um **bloco operário, camponês e internacionalista** para a organização dos Comandos de Base, rompendo o corporativismo sindical, unindo operários, funcionários públicos, estudantes, donas de casa, autônomos, desempregados, camponeses. Trabalharmos nas bases e na organização independente dos oprimidos rumo a uma greve Geral, derrotar as direções traidoras e iniciar a constituição de uma verdadeira direção das bases culminando com um programa de ação que delimite os interesses históricos do proletariado mundial, considerando este no campo sindical (Soviets) sua direção sob o seguinte programa:

Chamamos a base dos sindicatos cutistas, como nos Metroviários em São Paulo, que assumam um plano único de luta e enfrentem suas direções traidoras, que lutem pôr um plano único de transportes públicos de qualidade. Que não desmoralize o instrumento da greve com o isolamento destas. Readmissão de todos grevistas demitidos. Um plano de reparte das horas de trabalho a todos os trabalhadores, para que trabalhem todos. Pelo salário mínimo real, capaz de atender todas às necessidades de uma família típica e pelo reajuste automático deste salário assim que subir o custo de vida para a garantia do pagamento da força de trabalho pelo menos pelo seu valor mínimo. Por um plano em defesa da Educação Pública, totalmente gratuita, laica, científica e de qualidade em todos os níveis.

**Assembléias de bases e por locais de trabalho, estudo e moradia para pôr em pé um plano nacional de greve e mobilização!**

**Abaixo o PAC e as reformas de Lula-PT!**

**Reestatização de todas empresas privatizadas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores!**

**Independência total das organizações sindicais em relação ao Estado!**

**Fora a mão do Estado das organizações operárias, camponesas e da juventude!**

**Fim dos descontos compulsórios (imposto sindical, taxa de negociação coletiva)!**

**As mensalidades sindicais devem ser cobradas nos locais de trabalho, pelos**

**dirigentes sindicais!**

**Eleições de delegados e dirigentes em assembleias de base!**

**Mandato revogável em qualquer momento por decisão da assembleia!**

**Mandato rotativo de 1 (um) ano para os dirigentes sindicais!**

**Eleição direta e na base para os dirigentes da CONLUTAS! Abaixo os acordos dos burocratas na CONLUTAS!**

**Todo dirigente da CONLUTAS que tenha mais de 2 (dois) anos de mandato deve renunciar ao cargo ante a base e que se faça eleição de novos dirigentes!**

**Abaixo a burocracia da CUT, Força Sindical, CGT, da CONLUTAS e todos os burocratas sindicais!**

**Pela derrota militar do imperialismo no Iraque! Fora as tropas brasileiras, argentinas, jordanianas, etc do Haiti! Pelo direito dos operários e camponeses haitianos se armarem para expulsar as tropas de ocupação!**

**Governo operário e camponês!**

**28/08/2007**

**Assinam:**

***Organização pelo Partido Operário Marxista – POM***

***Fração Trotskista (Vanguarda Proletária) integrante da FLT***

## **DENÚNCIA ÀS PESSOAS QUE FAZEM PARTE DA DIREÇÃO DE SINDICATO DAS EMPRESAS**

Sindicato e comissões de fábrica (CIPA) através da política reformista que dirigem os Sindicatos no Brasil, estão de "rabo preso" com classe patronal e governante. Por este motivo, os trabalhadores exercem determinadas funções e não são reconhecidos na sua profissão. Os sindicatos que deveriam ajudar os trabalhadores, dizem que não há gente preparada para serem promovidas para determinadas funções. Mas se estes funcionários carregam a empresa "nas costas" como não poderiam estar preparados? Este é o maior erro dos sindicatos em tal afirmação.

Qual é o papel do sindicato?

O sindicato foi criado com o objetivo de defender os interesses da classe trabalhadora, como por exemplo: melhores salários, condições de vida e trabalho. Porém, com o passar do tempo foi se legalizando, criando direções oficiais com certas regalias e privilégios e este é o motivo fundamental que faz com que a direção sindical se afaste de suas bases.

As direções reformistas, conciliadoras e cooptadas só intervêm a favor das grandes empresas que a sustentam e, por isso, assim são denominadas de **burocracia sindical**.

Um exemplo disto, é que foi aprovada a lei do "supersimples" (com votos favoráveis inclusive no caso explícito do PSOL) que retira grande parte dos direitos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas, a qual a burocracia sindical "calou-se" ante a esta medida provisória e sua transformação em Lei

Porém, com a "Emenda 3", que mexe com os interesses da burocracia, inclusive a do ABC, a burocracia sindical se manifestou fazendo demagogia junto ao presidente Lula que, pressionado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), julgou esta emenda como "escravagista".

As empresas metalúrgicas de Diadema estão com o mesmo sistema da economia mundial: cai e levanta acometendo os trabalhadores. Por quê?

Porque o dólar sobe e desce, as empresas em crise dispensam os funcionários com um ou dois meses. Como no caso da Apis Delta, Toro e Sanko e muitas outras em Diadema, por exemplo.

O governo diz que não tem dinheiro, cada vez mais isto tudo se contradiz através das denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e peculato cometidos pelos homens do alto escalão do governo Lula.

Todos alegam sua inocência. Os 40 indiciados no processo do Mensalão incluindo Delúbio Soares, José Dirceu e José Genuíno, entre outros, irão à julgamento pela comissão de ética do governo que ouviu todos os nomes citados nos relatórios.

*"Lula não quis se manifestar"*, um presidente que só viaja e age em nome do grande capital.

O caso Renan Calheiros bem demonstra o envolvimento do governo com a corrupção. Apesar de todas as denúncias, os governistas estão firmes na manutenção de um dos chefes atuais da corrupção do governo Lula.

Com certeza os resultados destas CPIs e apuração dos escândalos pelo Congresso Nacional acabarão em pizza?,

O movimento Sindical, camponês, estudantil e todos os trabalhadores brasileiros deveriam se juntar para julgar e por abaixo estes corruptos e representantes patronais da condução do Estado onde a produção coletiva e transformada em usufruto individual. Reverter esta situação com a imediata repartição das horas de trabalho a todos os trabalhadores (empregos para todos), com o correspondente salário mínimo real — que nos países imperialistas alcança R\$ 2.200,00 — e seu reajuste automático conforme o aumento do custo de vida. Terra e condições de trabalho aos camponeses pobres, expropriação dos bancos (representantes do grande capital financeiro); criação de um banco único estatal, dirigido e controlado pelos trabalhadores organizados diretamente em suas organizações de base.

Uma justa política de unificação das lutas e dos trabalhadores, com os Comandos de Base interrelacionando os operários, estudantes, professores, camponeses, sem tetos, autônomos, desempregados e, enfim, os oprimidos em geral em trincheiras de luta direta com democracia operária.

A defesa da Educação Pública, laica e de qualidade, dirigida em controlada por maioria estudantil, de professores e funcionários. Abaixo as reformas trabalhistas, educativa e previdenciária.

União internacional dos lutadores e das correspondentes experiências dos ataques patronais e do imperialismo e seu capitalismo decadente, que descarregam suas crises financeiras em cima dos trabalhadores com intuitos de aumentar suas taxas de ganâncias.

Viva a luta Internacional dos operários, estudantes, professores e camponeses.

Viva a resistência dos oprimidos aos ataques de morte dos capitalistas.

Viva a luta por emprego e salários.

Viva a luta por terra e condições de trabalho

Viva a luta pela Educação Pública, gratuita, laica e de qualidade para todos.

Abaixo a opressão capitalista e sua apropriação individual da produção coletiva.

## **Considerações à obra “Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe”**

Saudamos a obra de Evelyn Reed, “Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe”, que se apresenta como uma flâmula que introduz uma das mais importantes questões da história da luta de classes sob a visão do legado do materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx, Engels e seus remanescentes autênticos e revolucionários. A autora demonstra cabalmente o transcurso da submissão da mulher no contexto da destruição da sociedade gentílica comunal, em prol dos sistemas exploratórios – escravismo, feudalismo e capitalismo – a partir do surgimento de classes, da família monogâmica e do Estado. Traçando assim, a escravização da mulher como marco da desintegração do comunismo primitivo, da organização matriarcal, para o surgimento da exploração do homem pelo homem intrinsecamente ligado a discriminações e opressões de todas as matizes, inclusive e principalmente a do sexo feminino.

Discriminação evidenciada pela autora no chauvinismo marxista que se fundamenta sobre a ignorância institucionaliza no mito de *inferioridade da mulher*, por uma suposta *desvantagem biológica* e na sacrossanta *monogamia*.

Uma grande contribuição à organização do setor mais expressivo dentre os explorados – que são as mulheres, oprimidos desde suas próprias classes pela doutrina patriarcal – que abomina a guerra entre os sexos e propõem uma aliança revolucionária de homens e mulheres explorados em sua classe proletária lutando conjuntamente pela Revolução Socialista; único meio de destruir seu maior e onipotente inimigo em comum: o capitalismo.

A linha programática empreendida nesta experiência deve confluir nas práticas e políticas para aguerir os diversos setores de explorados divididos mecanicamente pelas prerrogativas do sistema capitalista, amparado pelo Programa de Transição pela construção socialista.

Não obstante o mérito revolucionário da explanação desta obra, dissertamos as observações que consideramos indispensáveis à construção programática, marxista e revolucionária que esta obra inicia, conforme abordamos a seguir.

Citações extraídas da obra mencionada:

*“Nosso programa, amplamente aceito, se estrutura em torno de três palavras de ordem centrais da luta da mulher por igualdade, e que são: 1) creches gratuitas, abertas durante 24 horas, sob controle comunitário; 2) aborto livre; 3) oportunidades iguais de trabalho e educação.”(pg. 13)*

Estes pontos centrais de estruturação da luta das mulheres não configuram-se como o vínculo com a política revolucionária; como seria a jornada de 8 horas para os homens e de 6 horas para as mulheres pela sua dupla jornada de trabalho e etc.

*“Segundo o antigo Testamento, a humanidade tinha não só uma origem divina, como sua história era breve, contava com menos de mil anos.” (pg. 17)*

O Antigo Testamento é genérico e praticamente atemporal, como todo aparato de alienação deve ser, muito embora seus resquícios históricos abordem um período maior.

*“(…) Na sociedade comunitária, onde ainda não existia a família como um núcleo isolado, era inútil e irrelevante saber quem era o pai biológico, ou inclusive a mãe biológica.”(pg. 22)*

Neste ponto comete-se um erro catastrófico. De que a sociedade primitiva não determinava ou preocupava-se em saber quem eram os pais ou mães biológicas mediante a cultura coletiva, social e comunista de educação e convívio. Assim, a autora ignora ou omite que as relações sociais eram permeadas pela consangüinidade, sem a qual seria impossível relacionarem-se. As gens eram constituídas a partir desta consangüinidade, logo era crucial determinar os genitores. Se não o fizessem individualmente, então o fariam pela gens, que neste caso só haveria de relacionar-se com outras gens pelo fator consangüíneo.

A sociedade era matriarcal enfim, não pelas atividades que desempenhavam cada sexo em maior ou menor importância – como a autora defende –, mas pela consangüinidade.

A autora cita que em *As mães*, Robert Briffault *“demonstrou que as mulheres haviam adquirido sua posição privilegiada na sociedade primitiva, não só por serem procriadoras, mas porque como resultado desta função específica, haviam se convertido nas primeiras produtoras de gêneros essenciais para viver. Em outras palavras, em um determinado ponto na luta pela sobrevivência e por nutrir e cuidar das crianças, começaram a empreender o caminho da atividade produtiva, e esta nova função deu-lhes a capacidade de organizar e dirigir as primeiras formas de vida social.”(pg. 23)*

Fica claro que a função de “procriadora” e as atividades inerentes a esta função, que a mulher desempenhava, por sua importância na época primitiva (e ainda hoje) – tema que a autora discerni mais concretamente adiante sob fundamentação materialista –, sublevo-a à condição preponderante nas relações sociais. No decorrer de sua explanação a autora também se esmera por demonstrar, com demasiada ênfase, o quão secundário seria esta tarefa de “procriadora” em vistas de suas atividades produtivas. Contudo não há de se menosprezar com indignação pequeno-burguesa – pelos “homens” haverem relegados às mulheres à condição de “reprodutoras” segundo a autora – esta primeira tarefa feminina, pois que esta tarefa compreendia em zelar pelo conhecimento do fator hereditário da consangüinidade, sob o qual se estruturava a sociedade primitiva. Assim, a linha materna deve-se ao fato da mulher dominar este conhecimento e, portanto, o próprio matriarcado como consequência disto.

Além disso, a “dádiva” de gerar a vida é primordial e imprescindível à qualquer comunidade. Muito mais que o “papel do homem” de destruidor de seus semelhantes. Daí que – somente quando esse aspecto destrutivo da força bruta pelo “homem” passa a prevalecer nas relações de sobrevivência entre as comunidades – surge a “família” (o patriarcado), a propriedade privada e o Estado.

Para combater a consigna adotada pelo machismo chauvinista da “inferioridade feminina”, da submissão *natural* do “corpo feminino”, a autora recorre corretamente a uma abordagem da antropologia a partir do campo materialista – *“De acordo com o demonstrado por Engels, todas as*

*sociedades se basearam em dois pilares, da produção e da procriação. Dessa forma, pode ser que as mulheres – produtoras tanto da nova vida, como dos meios para satisfazer as necessidades materiais da vida – se converteram na cabeça social e dirigente de suas comunidades.”(pg. 23);* expondo contundentemente a predominância do matriarcado e a valorização da mulher pela posição que ocupava no processo produtivo e social: *“Suas atividades produtivas eram a fonte de seu poder social.”(pg. 24).* Torna-se, assim, um grande ganho para a mobilização feminina esta abordagem e conhecimento do papel da mulher na sociedade antiga (como pormenorizado pela autora), desenvolvendo o processo produtivo compreendido pela agricultura, tecelagem, cerâmica, pecuária, construções, estocagem, educação e o progresso social mesmo.

Verifica-se, pois, que o espaço (posição) da mulher no processo produtivo (e reprodutivo) na sociedade matriarcal (comunismo primitivo) era primordial tal como a peculiar característica do *proletariado moderno* hoje, em flagrante contradição irreconciliável com o sistema de exploração de classes atual: o capitalismo. O “poder social” da mulher reconhecido com a sociedade matriarcal, não trata de *poder em si* no entendimento contemporâneo (patriarcal); pois naquela sociedade não haviam classes, a subjugação de um sexo sobre o outro ou a exploração dos “homens” mutuamente. Era como aborda a autora, fruto das atividades produtivas e sociais que executavam as mulheres (papel de suma importância na sociedade primitiva como na atual).

Contudo, não há de se abordar o tema de forma unilateral ou saudosista no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas. Acredito que a constituição da sociedade estruturada de forma matriarcal deve-se ao fator consanguíneo muito mais que por qualquer outro motivo. Uma vez que nesta sociedade comunal não havia (com caráter nocivo) a “*divisão do trabalho*”, ou seja, a depreciação de uma ou outra atividade produtiva no cotidiano social – como ela descreve adiante com um raciocínio um tanto quanto mecanicista.

Se não fosse pela consanguinidade, não teria a sociedade matriarcal prevalecido por mais de 90% da história conhecida da humanidade; senão somente quando permitissem ou exigissem as **condições objetivas** das distintas épocas das sociedades. Ou seja: ignorando a questão consanguínea, sempre que determinadas atividades preponderassem ou passassem à um segundo plano (período de secas, enchentes, pragas ou estiagens; fenômenos que impedissem a agricultura por exemplo), a sociedade adotaria um sistema hegemônico pelas atividades privilegiadas naquele período, convergindo à linha patrilinear ou matrilinear conforme as demandas emergentes (de caça, pesca, saques ou defesa destes frente a escassez da situação anterior). A consanguinidade, pois, determina condicionantemente o sistema matriarcal adotado empiricamente durante ao menos 90% de nossa história.

Em contrapartida a análise da autora segue trilhando a perspectiva materialista para responder tão inquietante indagação da metamorfose social até o estágio que nos defrontamos (de exploração generalizada e subjugação da mulher):

- *Como se produziu esta inversão tão drástica? Na verdade ela teve início com a introdução de grandes mudanças na estrutura da sociedade, e com o rompimento do antigo sistema comunista (ou comunal).(pg. 24)*
- *A desintegração desta sociedade se iniciou há uns seis ou oito mil anos, com a introdução da agricultura extensiva e da criação de gado em grande escala. Estes sistemas permitiram uma acumulação material necessária para se chegar a uma economia mais eficiente e a um novo modo de vida. A agricultura exige grupos de pessoas estabelecidas em torno de um pedaço de terra, para cultivar o solo, criar o gado e trabalhar nas indústrias do lugar (pg. 26,27)*
- *Não obstante, começaram a se introduzir no jogo novas forças sociais procedentes do Oriente Médio, o setor do mundo que foi chamado de ‘cunha da civilização’, e que minou e destruiu as relações coletivas, introduzindo um novo sistema baseado na propriedade privada, na família e no Estado. A maior parte da riqueza acabou nas mãos de uma minoria privilegiada que conseguiu dominar e dirigir a comunidade, bem como explorar um número maior de trabalhadores. Entre os antigos pais do lugar, começaram a surgir os reis-sacerdotes, os nobres, os guerreiros e seus séqüitos, que viviam em templos e palácios e governavam o resto da população. Começaram com reinos do tipo agrícola e amadureceram-se com as civilizações grega e romana, surgindo os poderosos opressores do Estado*

*para dessa forma legalizar e perpetuar o governo da classe rica sobre as massas trabalhadoras. (pg. 27)*

Nesta última explanação, para esclarecer as questões anteriores, a autora dá um salto sobre a abordagem da antropologia materialista e dialética quanto à história da luta de classes, quando sobrepõem mecanicamente a substituição do sistema de comunismo primitivo (matriarcal) pela propriedade privada apenas pelo contato com o Oriente Médio e devido ao aprimoramento da agricultura. Parece não discernir como surgiram as classes, abolindo o coletivismo, e o porquê. **A pergunta que o marxismo responde é o porquê de, no bojo do desenvolvimento das forças produtivas – desenvolvimento social –, houve o surgimento e transformações das relações sociais e de produção até o regime de exploração que nos confrontamos?** Todavia fica mais claro o motivo deste salto quando levamos em conta as conclusões estupefacentes que esboça a autora as quais ainda nos reportaremos. Por hora, ela remete-se mais especificamente a esta inversão da estrutura social matriarcal e comunal, para o patriarcado de classes explorador:

*Acontece entretanto, que o domínio do poder do homem não deriva de nenhuma superioridade biológica, física ou mental do macho sobre a fêmea, e sim das exigências sócio-econômicas de sua recente aquisição do monopólio da propriedade, e de sua transmissão através da linhagem de descendência masculina.(pg. 28)*  
*“Foram as drásticas mudanças sociais impostas pelas instituições da classe patriarcal, na forma de família, propriedade e Estado, o que conduziu ao derrocamento histórico do sexo feminino. (...) A nova instituição do matrimônio monogâmico surgiu para servir às necessidades da propriedade, que a partir de então era possuída pelo homem.(pg. 28)*

O derrocamento da mulher está sintonizado ao derrocamento do comunismo primitivo, da expropriação dos meios-de-produção de uma classe por outra. À medida que isto se sucedeu, também a mulher foi expropriada de sua posição social, junto a sua classe (de homens e mulheres). Aqueles que nada possuíam não viam vantagens na estrutura patrilinear. Assim fica claro como se deu o processo da primeira escravização: a do sexo feminino. Para atender as novas necessidades do sistema patriarcal renunciando ao sistema matriarcal comunal. Porém ainda permanece obscuro o surgimento da propriedade privada e do Estado como sendo a família, condicionada à elementos materiais – condições objetivas – da sociedade em sua base estrutural social, econômica e política.

Esse paradigma obscuro da transformação social até o que o conhecemos, como exposto pela autora, prima por expressar que a subjugação do sexo feminino correspondia a um processo maior, o da exploração entre os homens:

*Os homens obtiveram sua supremacia social através da luta contra a mulher e suas conquistas. Mas esta luta contra os sexos somente parte da grande luta social: o desaparecimento da sociedade primitiva e a instituição da sociedade de classes. A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina. (pg. 34)*

O erro se dá ao determinar cabalmente de que forma isto se sucedeu, como ela descreve nas citações anteriores, e quais foram esses expropriadores. Onde acontece o distanciamento da análise marxista e da própria linha defendida pela autora da aliança entre os sexos.

Nesta análise afirma-se que “na primeira época, a divisão de trabalho era muito simples” e que as atividades exercidas por um sexo preponderavam em importância sobre as desenvolvidas pelo outro:

*(...)Os homens eram caçadores, ocupação de tempo integral que os mantinha longe de casa ou do acampamento durante períodos mais ou menos longos. As mulheres recolhiam produtos vegetais do campo e das proximidades das habitações.  
Portanto devemos compreender que, com exceção de áreas particulares do mundo e em um período histórico determinado, a fonte mais segura de provisões alimentares não eram os animais (proporcionados pelo homem), mais sim os vegetais (proporcionados pelas mulheres).  
(...)Então podia-se contar com as provisões alimentícias que as mulheres recolhiam, e não os homens.(pg. 36)*

Carece, então, discriminar de qual época que se refere este período. A primeira vista parece tratar-se de um período extrativista (paleolítico) como principal fonte de produção (obtenção) de alimentos. Logo, seria improvável que, a meu ver, que alguma das atividades se sobrepusesse à outra. Durante as estações acredito que as várias atividades fossem privilegiadas ou prejudicadas, não havendo cabalmente esta diferenciação. Haja visto também os registros históricos dos homens das cavernas cuja principal fonte de obtenção de alimentos era inexoravelmente a caça. Mas precisaria de um estudo antropológico detalhado para debater esta situação, coisa que não me compete.

O erro consiste em analisar que a força unilateral do desenvolvimento das forças produtivas desprezando o processo simbiótico para ambos os sexos. Erro expressado também as folhas 37 onde ela aponta como primeiro instrumento da humanidade (talvez pós pedra-lascada) a estaca, como sendo concebida a partir da agricultura rudimentar quando, todavia, está mesma estaca servia desde muito à caça como arma.

Essa forma unilateral de descrever o desenvolvimento das forças produtivas e da humanidade incorre sobre esses sutis desvios que afastam a concepção esclarecedora do materialismo histórico e dialético. Pois ambos os sexos desenvolviam-se em sincronia e cooperação indissolúvel e indispensável. Privilégios de uma sociedade comunal e igualitária.

Maior distúrbio histórico se dá em sua definição da “emancipação do homem”, que começa a dar respostas do que veio a gerar o salto sobre a transformação da sociedade em classes.

Primeiro erro: *“O descobrimento da agricultura e da domesticação de animais pela mulher representou também a emancipação dos homens. A caça já não era socialmente indispensável, e esta atividade se viu transformada rapidamente em um simples esporte. Os homens estiveram então, livres para participar da vida industrial e cultural da comunidade.”*

Com todo respeito aos vegetarianos, em que fase do processo histórico isto ocorre?

*“No primeiro período de sua emancipação, os homens eram menos capazes do que as mulheres nas atividades produtivas. (...)”*(pg. 51)

Com relação à capacidade de um ou outro sexo, se seguirmos esta linha de pensamento unilateral e reducionista, negaremos o processo simbiótico da socialização (homens, mulheres e povos) no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas. É como afirmar (por mera conveniência como faz a autora), que as mulheres não tomaram ciência, ou o fizeram abstratamente, das noções geográficas que as circundavam por não sair às expedições de caça; que não conheciam as características dos animais que não viam cotidianamente e por aí vai.

Esta concepção mecanicista e anti-dialética do desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, das relações sociais/econômicas em torno do trabalho, levam a autora à concepção de que – a partir do aprimoramento agrícola, da domesticação dos animais e etc; práticas estritamente femininas das quais os homens não tinham contato segundo a autora – o homem se emancipa e passa só então a contribuir com o sexo feminino em suas atividades. Conclui enfim:

*As mesmas causas que levaram à emancipação do homem conduziram à queda do matriarcado e à escravização da mulher. No momento em que o homem se apropriou dos meios de produção, a mulher foi relegada exclusivamente a suas funções biológicas de mãe, e lhes foi negado toda a forma de participação na vida social produtiva. Os homens tomaram as rédeas da sociedade e fundaram um novo sistema social a serviço de suas necessidades. Da destruição do matriarcado, nasceu a sociedade de classes.* (pg. 52)

Esta linha de raciocínio justifica enfim todos os desvios que incorre a autora. Eis finalmente o motivo do salto pelas etapas da transformação social instituindo a sociedade de classes, a propriedade privada e o Estado. Vejamos novamente:

“No momento em que o homem se apropriou dos meios de produção, a mulher foi relegada ...”

Fica claro, pois, que a autora concebe que os *homens* expropriaram o sexo feminino dos meios de produção. Não foi o surgimento de classes (homens e mulheres) a partir da cristalização das aristocracias “latifundiárias” ou de proprietários e seus mercenários que escravizavam e subjuguavam uma outra classe ou gens, ou povo. Mas, o *homem* que se apodera dos meios-de-produção subjuguando a mulher expropriando-a. **Como o homem faria isto senão como classe? Houve realmente neste período indeterminado a conformação de classes entre sexos confrontantes? Ou aqueles que acumularam riquezas e a propriedade privada conformaram-se em classes distintas mediante a função que ocupavam no processo produtivo fazendo inclusive de suas mulheres, uma de suas possessões junto ao gado; junto aos escravos?**

O título desta obra “Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe”, tal como defendido pela autora num primeiro momento, incute a discussão para conduzir à consciência que se adquire na compreensão marxista da “história da luta de classes”, de que é falsa a polêmica da guerra entre os sexos, senão a guerra entre explorados e exploradores.

A autora acusa alguns desvios na abordagem marxista da condição da mulher na história de alguns que concordam que o sexo feminino esteve sempre subordinado, e ainda por uma suposta inferioridade da mulher devida a fatores biológicos. Contudo, ela mesma, desvia-se do marxismo (como vimos) e se detém em combater estes aspectos pequeno-burgueses; concebendo o surgimento do patriarcado, da propriedade privada e do Estado da seguinte forma:

*Em razão do papel proeminente que os homens tiveram na agricultura extensiva, nos projetos de irrigação e construção, assim como na criação de animais, apropriaram-se pouco a pouco do excedente, defendendo-o como propriedade particular sua, estas riquezas, por sua vez, exigiram a instituição do casamento e da família, para fixar a posse e a herança legais de uma propriedade. Com o matrimônio monogâmico, a esposa foi colocada sob completo controle do marido, que deste modo, assegurou a legitimidade de filhos para herdarem suas riquezas.*

Do meu ponto de vista segundo a visão marxista da passagem do matriarcado para o patriarcado surge com o advento da propriedade privada dos meios de produção, da exploração de um “homem” por outro, e que, como cita a autora, a transferência e continuidade das riquezas levou a renúncia do sistema gentílico. Porém não para assegurar os legítimos herdeiros da classe masculina (como parece interpretar a autora), mas principalmente para que seus bens acumulados e propriedades (sua mulher inclusive, seus escravos domésticos) não fossem compartilhados com uma comunidade gentílica cada vez maior de integrantes, cuja população aumentava na medida em que desenvolviam-se as forças-produtivas. **Logo a abolição do sistema gentílico (e matriarcal) se deve exponencialmente ao interesse de classes emergentes em gerar, manter e intensificar a acumulação de riquezas própria de todos os sistemas exploratórios, arbitraria pois à sociedade comunal gentílica.**

Ainda que observado no texto que a sociedade patriarcal “desde o seu início, caracterizou-se pela discriminação e desigualdade de todo o tipo, inclusive a desigualdade entre os sexos.”; há de se ter clareza que não era o sexo masculino uma classe que viria a empreender mecanicamente este processo, mas que a *família* vinha de encontro à realidade das estruturas materiais de cada comunidade no âmbito social e de trabalho. Institucionalizando assim, àquela estrutura familiar que propiciasse estas novas relações exploratórias de acumulação de riquezas, como foi a monogamia.

Entendemos a definição de classe como condicionada a função que se desempenha no processo produtivo e nas relações de produção, comercial e social. Se exploratórias e opressoras ou não. Não se define classe por sexo, etnia, possessões e etc.

*O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força do trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma do trabalho diário correspondente a cada membro da*

*gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; Os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (‘A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado’, K. Marx e F. Engels. Capítulo IX – Barbárie e Civilização, pg 192,193 – nossa publicação)*

Assim, faz-se necessário um estudo mais aprofundado das fontes marxistas e da antropologia para responder a indagações esboçadas. Mas fica claro um antagonismo das proposições da autora (neste âmbito) com o marxismo.

Ela ainda define:

*“Na sociologia marxista, uma classe é definida segundo duas considerações, inter-relacionadas: o papel que joga no processo de produção e pela parte dos meios de produção que possui.”(pg. 81)*

**Tirando então a certeza concreta de que ambos os sexos são multiclassistas, tal como o marxismo. Então quais são os fenômenos que levaram a autora a conceber, do meu ponto de vista, os sexos como classes confrontantes e em qual período?**

A discussão destas consignas levarão, invariavelmente, a propositura da orientação programática tão imprescindível à reorganização e redirecionamento da classe operária, camponesa, dos movimentos estudantis e populares; cujas demandas são dissimuladas e dissolvidas no pântano das prerrogativas do reformismo sustentado pelo capital, as quais propõem:

- O programa de cotas universitárias entre outras;
- As reivindicações prioritárias e revolucionárias do movimento feminino;
- A questão do aborto;
- A religião;
- A família.

### **A necessidade de uma greve em defesa da educação pública**

País afora, a situação da escola pública é calamitosa. No Estado de São Paulo, em particular, a situação é ainda pior. Professores (descontentes) mal-remunerados, escolas sem nenhuma condição de trabalho, perseguições políticas, repressão no interior das escolas são apenas alguns dos muitos problemas que o conjunto do Magistério público do Estado de São Paulo enfrenta.

Em âmbito nacional, o governo Lula intensifica as reformas neoliberais no campo da educação, com destaque para a reforma Universitária, cujo objetivo é a completa destruição da escola pública em prol dos chamados  *cursos voltados para o mercado de trabalho*, quais sejam Informática, Administração, Economia e Engenharia. Um exemplo, aqui na região do ABC, é o da Fundação Santo André, em que a Reitoria, atendendo à lógica do mercado, está praticamente acabando com muitos dos cursos que fizeram desta faculdade umas melhores do Estado: Matemática (manhã), Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia, Biologia etc. Segue essa mesma lógica a reforma – diga-se, a reestruturação – do

Ensino Médio, que terá boa parte de sua grade curricular voltada para cursos profissionalizantes. É privatização do ensino público.

E o que fazer para lutar contra esse verdadeiro desmonte da escola pública? Tudo aponta para a necessidade da união de todos os trabalhadores, não apenas da educação, mas também dos demais setores (principalmente o setor produtivo). Enfatizamos que esta unidade deve ser realizada na greve. Como estão os movimentos em defesa da escola pública? Praticamente não existem. Continuam nos marcos corporativos do sindicalismo, mas mesmo assim vão mal das pernas.

Em escala nacional, já tivemos greve no Metrô (São Paulo), no INSS, Na Saúde, recentemente nos Correios, em universidades públicas (ocupação de reitorias na USP e federais) e privadas (Fundação Santo André). Até em bancos já tivemos greve. Menos na APEOESP, o maior sindicato da América Latina. As ações deste sindicato em defesa da escola pública não passam de enganação, pois as lutas são quase sempre desviadas para o movimento de pressão aos deputados (pressão parlamentar), política defendida não só pela Articulação Sindical (PT) mas também pela Oposição Alternativa (majoritariamente composta por militantes ligados ao PSTU).

A política da Conlutas (Coordenação nacional de lutas) não foge a esta realidade: pressão parlamentar, Plebiscito (pela reestatização da Vale do Rio Doce), caravanas a Brasília (a próxima está marcada para o dia 24/10, em que será entregue resultado do tal plebiscito a Lula).

Na APEOESP, só este ano, já tivemos várias mobilizações. Milhares de professores foram às ruas protestar contra o PLC 30/2006, que cria a São Paulo Previdência ( SPPrev) e obriga professores e funcionários não titulares de cargo do Estado de São Paulo a irem para o regime do INSS. Total precarização das condições de trabalho.

A deflagração da **greve** contra a aprovação deste Projeto de Lei Complementar (PLC) **não ocorreu**, apesar da disposição de luta dos professores, que ocuparam as ruas aos milhares (Av. Paulista, Assembléia Legislativa, Praça da República). Alegava-se – mas que discursinho! – que não era o momento, que era necessário primeiro construir a greve, pois ainda não existiam condições para uma greve. Puro discurso reformista e pelego! Os professores que se dispuseram a lutar ficaram ao “deus-dará”, foram vencidos pelo cansaço, não o cansaço imposto pelo Governo Serra e sim pelo próprio sindicato, pois ficou-se naquela de uma assembléia marcar a outra, ou seja, completa enrolação para a categoria.

Recentemente, o Governo Serra lançou as “10 metas” (reproduzidas e discutidas neste Jornal). Fomos às ruas de novo, desta vez unificados com os demais setores da educação: diretores, supervisores, funcionários de escola e outros. A assembléia (unitária) do dia 24 de agosto estava maciça, com cerca 50 mil pessoas. Não foi decretada a greve, mais uma vez. O Governo, muito ligeiro, acenou com algumas migalhas e o movimento enfraqueceu. Continuaram a dizer os burocratas: Não, ainda não é hora (de fazer greve)... Papo furado! Se lutar contra as reformas (do Ensino Médio, da Previdência, Universitária, etc) não justifica uma greve (e porque não dizer, uma greve geral), então quando será o momento, o que vamos esperar que aconteça?

Na última assembléia do dia 14 de setembro, já sem muita representação, com cerca de 3 mil pessoas, finalmente foi discutido o início da greve. Desta vez, pasmem, quem defendeu greve foi a Articulação Sindical (direção majoritária, PT), mas é claro que de forma demagógica, pois isso é do feitio deles (quando o movimento enfraquece, vêm com essa demagogia). Outros setores também defenderam a greve, por exemplo: FOS e T-POR (Corrente Proletária da Educação). A corrente que defendeu contra a greve, entre outros setores, foi a Oposição Alternativa. Aliás, esta corrente, que faz parte da Diretoria da Apeoesp, vem, sistematicamente, se recusando a implementar a greve, contribuindo para a completa desmobilização da categoria dos professores.

O caminho que devemos seguir é o da greve, da unidade dos trabalhadores em educação juntamente com os trabalhadores em geral, em defesa da escola pública, laica e de qualidade para todos. Defenda-se a greve por ser um instrumento de luta legítimo, porque uma greve acirra as contradições do regime capitalista, acirra, enfim, a luta de classes. A consciência de classe levará tempo para ser alcançada, mas sem greve essa possibilidade tende a ficar muito mais remota. E não nos esqueçamos de propagandear a greve geral, principalmente contra as reformas impostas pelos grandes capitalistas e levadas a cabo pelos governantes.

Informes:

- No último dia 21 de setembro foram realizadas as Conferências Regionais, nas quais ocorreu a tirada de delegados para o 22º Congresso da Apeoesp. Neste encontro, defendemos a tese da Oposição Revolucionária, intitulada “**A educação oficial segue as metas do regime capitalista**”. O 22º Congresso da Apeoesp será realizado nos dias 7, 8 e 9 de novembro do ano corrente.
- Dia 28 de setembro: Assembléia Unificada na Praça da República.